

A VILA TÁ VINDO, CHEGANDO A CADA ANO: UMA ANÁLISE DO AVANÇO DA CIDADE DE DOURADOS-MS SOBRE AS ÁREAS DE RETOMADAS INDÍGENAS

ELIS FERNANDA CORRADO

RESUMO O processo de esbulho do território Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul data do período colonial e foi intensificado durante o Estado brasileiro. Desde os anos 1980, as retomadas de terra, uma das estratégias desses povos para recuperar os seus territórios tradicionais, tentam reverter esse processo. Durante anos, o retorno dos indígenas aos seus territórios esbarrou com as fronteiras do agronegócio. Atualmente, observa-se o crescimento urbano e do setor imobiliário como uma nova fronteira que se coloca sobre as áreas de reivindicação indígenas. Esse trabalho reflete sobre o avanço da cidade de Dourados e da especulação imobiliária em áreas de retomadas, buscando pensar como a categoria fronteira pode contribuir para esse tipo de análise, levando em consideração, que a cidade para os Kaiowá e Guarani também é um espaço de mobilidade, local de estratégias políticas e de acesso a recursos.

PALAVRAS - CHAVE Guarani e Kaiowá. Cidade. Especulação imobiliária. Mobilidade. Territorialidade.

THE VILLAGE IS COMING, GETTING HERE EVERY YEAR: AN ANALYSIS OF THE ADVANCE OF THE CITY OF DOURADOS - MS (BRAZIL) ON THE INDIGENOUS RETAKINGS AREAS.

ABSTRACT The expropriation process of the Guarani and Kaiowá's territories in Mato Grosso do Sul began in the colonial period and was intensified by the Brazilian State. Since the 1980s, the retakings of lands, one the strategies of these people to recover their territories, has tried to reverse this process. For many

¹ Esse artigo foi elaborado a partir de dados de uma pesquisa de campo realizada no ano de 2016, como parte da pesquisa de mestrado financiada pela FAPESP (nº de processo 2015/06850-1) e que resultou na dissertação intitulada “O *tekoha* como uma criança pequena”²: uma etnografia de acampamentos Kaiowá em Dourados (MS), (2017). Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333611>. Uma primeira versão desse trabalho foi debatida em 2018 nas Jornadas de Antropologia John Monteirano GT: Fabricação de pesos, territorialidades e vivências entre aldeia, campo e cidade. Temas sobre o crescimento urbano, a especulação imobiliária na cidade de Dourados e o impacto sobre as retomadas Kaiowá e Guarani continuam aparecendo em campo nos últimos anos. Essas questões, associadas as pesquisas mais recentes serão debatidas em publicações futuras.

² A utilização do termo Guarani e Kaiowá considera os processos históricos vivenciados pelos Guarani Nhandeva e pelos Guarani Kaiowá e assinala as alianças política entre eles, sem, contudo, deixar de marcar a diferença entre os grupos, respeitando assim suas distinções. Levando isso em consideração e como a maioria dos meus interlocutores indígenas eram Kaiowá, também faço uso do termo Kaiowá e Guarani.

years, the return of the indigenous people to their territories has faced with the agribusiness interests. Currently, it can be observed the urban and the real estate market growth as a new boundaries on indigenous areas reclaiming. This work is about the growth of the of city of Dourados and the real estate speculation in retakings areas, trying to think how the boundaries category can contribute to this kind of analysis, considering that the city to the Guarani and Kaiowá also is a space of mobility and a place of political strategies and access to resources.

KEY WORDS Guarani and Kaiowá. City. Real estate speculation. Mobility. Territoriality.

INTRODUÇÃO¹

Quando estive em Dourados-MS para a uma estadia de pesquisa no começo de 2016, presenciei uma onda de retomadas de terras realizadas pelos Kaiowá e Guarani². Essas retomadas aconteceram em áreas próximas a Reserva Indígena³ e ao município de Dourados. Tudo teve início no final de fevereiro de 2016 quando aconteceu uma ocupação ao lado de um bairro urbano e próximo a duas outras áreas de retomadas. A ocupação, que semanas depois foi desfeita, parece, por outro lado, ter disparado outras retomadas por áreas próximas da Reserva Indígena de Dourados.

Se, por um lado, pude acompanhar uma afluência de retomadas que se aproximavam e/ou se localizavam dentro do perímetro urbano, por outro, era me apontado como a *vila tá vindo, chegando a cada ano*. Essa frase foi proferida por uma liderança Kaiowá de uma retomada localizada próxima a BR 163⁴. Há quase 40 anos a liderança e parte do seu grupo familiar ocupam uma pequena parcela da área que identificam como seu *tekoha*⁵. Nos últimos anos essa comunidade vem assistindo o crescimento da cidade que chega com voracidade sobre o seu território e os cercam. Não à toa, nas duas áreas de retomada, onde concentrei a pesquisa, naquele momento, os comentários sobre a especulação imobiliária na região e o crescimento da cidade ao redor da reserva indígena de Dourados e de áreas que estão sendo reivindicadas pelos indígenas foi tema de várias conversas.

O presente trabalho procura refletir sobre a categoria fronteira, a partir dessas experiências dos Kaiowá e Guarani que vivem em áreas de retomada na cidade de Dourados, no sul do Mato Grosso do Sul (MS) e que atualmente veem seus territórios ameaçados pelo avanço da cidade e pela especulação imobiliária.

O texto traça o seguinte caminho:

a) Breve apresentação do contexto histórico e político que antecedem as retomadas;

b) Contextualização da cidade de Dourados e seu crescimento nos últimos anos com a ampliação do plano diretor do município;

c) Apresentação do caso sobre uma proposta de troca de área a um grupo Kaiowá e Guarani que ocupam há mais de 40 anos uma área próxima à cidade de Dourados;

d) Discussão, preliminar, sobre o significado da cidade para os Guarani e Kaiowá que vivem nas áreas de retomadas, pensando a cidade como um espaço que também é reivindicado, embora a relação com ela seja, quase sempre, tensa e controlada.

O PROCESSO DE ESBULHO DAS TERRAS DOS KAIOWÁ E GUARANI

O processo histórico de esbulho do território Kaiowá e Guarani no sul do, até então, Mato Grosso e o contato interétnico passaram por diferentes fases desde o final do século XIX⁶. A primeira delas é iniciada, após a Guerra do Paraguai, ainda no século XIX com a instalação da Companhia Matte Larangeira, cuja atividade foi explorar a erva mate em terras brasileiras e paraguaias. Durante o tempo que se realizava a atividade de extração e exportação da erva, a companhia utilizou a mão de obra indígena (BRAND, 1997).

Entre os anos de 1915 a 1925, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) criou oito reservas no sul do estado destinadas aos índios das etnias Guarani Nhandeva e Guarani Kaiowá (família

³ Criada em 1924 pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), conta com uma área de 3.474 hectares. Dados da coordenação regional da Funai de Dourados apontam que atualmente a população na reserva chegue a mais de 15.000 indivíduos.

⁴ Por causa do contexto de intenso conflito no MS, os nomes dos meus interlocutores indígenas, bem como dos *tekoha* reivindicados, lócus da pesquisa etnográfica, foram mantidos em anonimato para preservar suas identidades e garantir sua segurança.

⁵ Termo associado não apenas a lugar/território, mas também compreendido como uma rede de relações político-religiosas entre parentelas (Pereira, 2004). No processo de reivindicação pela devolução e demarcação das terras tradicionais Guarani e Kaiowá, o termo ganha centralidade no discurso desses povos, transformando-se num argumento político e ganhando novas forças dentro do próprio movimento de *retomada* (Corrado e Crespe, 2016).

⁶ Até 1978 só existia o estado do Mato Grosso. O estado de Mato Grosso do Sul foi desmembrado e oficializado em 1º de janeiro de 1979.

linguística *Tupi-Guarani*) e Terena (família linguística *Aruak*). Com a criação das reservas, a população indígena sentiu o maior impacto da colonização. Diversas famílias destas etnias foram retiradas do seu território e “confinadas” nas reservas, como defendeu o historiador Antônio Brand (1993, 1997). Segundo Barbosa da Silva, “o SPI territorializaria os indígenas, obrigando-os a residir em espaços restritos, com fronteiras fixas” (2007, p. 47). Anteriormente a isso, os Kaiowá nunca haviam vivido a experiência da reserva e nem concebiam a existência das fronteiras instituídas pelo órgão indigenista oficial e pelas cercas das fazendas (PEREIRA, 2014; BARBOSA da SILVA, 2007; CRESPE, 2009).

As oito reservas demarcadas foram alocadas perto de vilarejos e/ou cidades. Uma estratégia que destinava ao índio o papel de mão de obra barata para atuar como trabalhadores nas atividades agrícolas e de pecuária da região. Para Brand, o processo de esbulho das terras Kaiowá e a violência contra essa população indígena aconteceu com a omissão e a conveniência do SPI, que estava a serviço da terra produtiva (1993, p. 68).

Outro momento do processo de colonização do estado é marcado pela chegada, em 1948, da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), que representou o aumento de fazendas na região e o avanço das atividades agropecuárias, gerando um impacto ambiental com a consequente destruição das áreas residuais de mata. Antes disso, muitas famílias conseguiram permanecer nestas matas, ou escondidos do fazendeiro, ou mantendo com ele vínculos de trabalho. Esses índios ficaram conhecidos como índios de “fundos de fazenda” (BRAND, 1997; PEREIRA, 2004; CRESPE, 2009).

Os “fundos de fazenda” possibilitaram que grupos de indígenas permanecessem nos seus territórios, ou nas suas proximidades e resistissem a vida dentro das reservas. Manter proximidade e circular pelas imediações do seu antigo território era uma possibilidade de manter viva a esperança de retorno ao lugar de origem para os Kaiowá. Acontece que com o contínuo

desaparecimento das faixas de mata, para dar lugar as plantações de milho, soja e cana de açúcar, os indígenas foram impelidos a deixarem seus territórios e a viverem nas áreas demarcadas pelo Estado, intensificando o processo chamado por Brand de confinamento (1997, p. 88).

Desta maneira, as transformações do modo de vida dos Kaiowá estão intimamente relacionadas com o processo de colonização do sul do atual MS, bem como com o projeto indigenista: amparados por um discurso teórico e por estratégias políticas que corroboraram com essas ações. As retomadas indígenas não podem ser compreendidas fora dessa lógica, pois eles são reflexos dessas mesmas políticas.

Como as reservas não atenderam às lógicas organizacionais dos Kaiowá, somado aos problemas da falta de terra e do aumento demográfico, os indígenas começam a “escapar” da reserva, mesmo porque, como salientou Hannerz: “[...] as fronteiras na realidade não imobilizam, mas, curiosamente, são atravessadas” (1996, p. 08). Como formas alternativas à vida nas reservas outras modalidades de assentamento foram originadas, como os acampamentos nas beiras das estradas, nas periferias das cidades e das reservas (CRESPE, 2015). É insatisfeita com a vida na reserva que muitas famílias também começam a reivindicar o retorno e a posse das áreas das quais foram expulsas e passam a se organizar em grupos e a realizar ocupações em beira de estradas ou em pequenas áreas dentro de fazendas, onde reconhecem seus territórios tradicionais.

Em trabalhos anteriores (CORRADO, 2013, 2017, 2018) discuti como, a partir dos anos 1990, esses grupos parecem se utilizar da “forma acampamento”⁷ como linguagem de demandas sociais coletivas a fim de demandar o retorno ao *tekoha*. Assim, os acampamentos e as retomadas indígenas são tentativas dos Kaiowá e Guarani de recuperarem os territórios de ocupação tradicional, tendo assim a chance de organizar e levantar o *tekoha* e voltar a viver como era possível antes dos primeiros *sarambi*⁸.

⁷ A “forma acampamento” é entendida, como afirma Lygia Sigaud (2000, 2009), como uma linguagem simbólica adequada para reivindicar direitos/benefícios ao Estado.

⁸ Significa “bagunça, espalhamento” (CHAMORRO, 2015, p. 206), os Kaiowá também traduzem como *esparramo*. Refere-se à fragmentação da parentela causada principalmente após a expulsão dos grupos de seus territórios.

Dessa forma, entende-se as retomadas indígenas como parte das reivindicações políticas dos Guarani e Kaiowá, mas também como uma tentativa de recriar relações sociais vividas no *tekoha* e que o modelo de reserva implementado pelo SPI inviabilizou. Ou seja, antes de uma estratégia política para dialogar com o Estado, a retomada é o espaço de sociabilidade onde se procura reorganizar as relações sociais. (CRESPE e CORRADO, 2012, 2013). As retomadas são a oportunidade de retorno não apenas a um espaço físico, mas também a possibilidade de viver de acordo com o *teko katu*⁹. Para Fábio Mura: “os *tekohas* reivindicados representam a soma de espaços sob jurisdição dos integrantes de determinadas famílias extensas, onde serão estabelecidas relações políticas comunitárias e a partir dos quais esses sujeitos poderão determinar laços de parentesco inter-comunitários numa região mais ampliada” (2006, p. 122-123).

⁹ Forma bonita e correta de se viver (PEREIRA, 2004).

¹⁰ Chamo de acampamentos indígenas as áreas de retomadas ou de fundo de fazenda, bem como as ocupações de beira de estrada, que tem como finalidade a reivindicação da terra tradicional (CORRADO, 2017, p. 54).

¹¹ O levantamento mencionado foi realizado em 2016 como parte dos dados da pesquisa de campo que realizei nesse período. Esse número é aproximativo, pois, novos acampamentos podem ser criados, enquanto outros são desfeitos. Além disso, o ano de 2017 e início de 2018 foi marcado por reintegrações de posse de áreas ocupadas por indígenas.

¹² Estimativas do IBGE para a população em 2020. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/panorama>.

No levantamento realizado em 2016, na Coordenadoria Regional da FUNAI de Dourados e de Ponta Porã foram contabilizados a existência de 50 acampamentos indígenas no sul do MS¹⁰. Na época, o município de Dourados tinha doze acampamentos indígenas: *Boqueirão*, *Apyka'i* (também conhecido como Curral de Arame), *Ithaum*, *Ñu Porã* (também conhecido como Mudas MS), *Ñu Verá*, *Pacurity*, *Passo Piraju*, *Aldeinha*, *Chácara Califórnia*, *Ita Poty*, *Yvu Verá* e o acampamento conhecido pelo nome de *Dona Edite*¹¹. Esses três últimos acampamentos, foram *retomadas* que aconteceram no mês de março de 2016, dentro do perímetro urbano (CORRADO, 2017).

AS RETOMADAS GUARANI E KAIOWÁ, LIMITANDO O LIMITE DAS FRONTEIRAS.

O município de Dourados, localizado na região sul do Centro-Oeste no estado de Mato Grosso do Sul, conta com uma população de 225.495 pessoas¹², sendo a segunda maior cidade

do estado, atrás apenas da capital Campo Grande. A cidade é considerada a capital do agronegócio e no campo econômico os setores de máquinas agrícolas e de produção de soja e de cana-de-açúcar são destaques.

Dourados se sobressai, ainda, por ser um importante polo regional, o que faz dela fornecedora de produtos e tecnologias mais avançadas, acompanhada de um comércio e serviços urbanos mais sofisticados e especializados (CALIXTO, 2011; GOMES; CALIXTO, 2015). Porém, se Dourados figura como uma capital regional “a partir de uma especialidade funcional, como centro prestador de serviços, consolidando sua condição diferenciadora e integradora” (CALIXTO, 2011, p. 10), em contrapartida, no espaço urbano se complexificam os conflitos e as contradições sociais. A esse respeito, é tocante o fato de a Reserva Indígena de Dourados estar a 2 km de distância do centro da cidade com uma população estimada, pelos dados da coordenação da Funai de Dourados, em 15.000 pessoas, distribuídas entre os povos Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva e Terena¹³.

No ano de 2011, a câmara de vereadores da cidade aprovou um novo Plano Diretor para Dourados aumentando em 150% o perímetro urbano do município – de 82 km² para 211,69 km²¹⁴. No ano de 2015 foi aprovada uma nova ampliação do perímetro urbano¹⁵. Como reflexo dessa política os jornais locais passaram a divulgar, com entusiasmo, a expansão imobiliária na cidade, como pode ser percebido pelos títulos de algumas notícias: “Com loteamentos, região oeste se torna referência na expansão imobiliária” - O Progresso (2015)¹⁶; “Dourados tem ‘boom’ imobiliário e investimentos não param” - Dourados News (2016)¹⁷; “Especial: Setor imobiliário vive melhor momento” - Dourados Agora¹⁸.

A pressão vivenciada pelas áreas de retomadas localiza dentro do perímetro urbano de Dourados é parte do reflexo dessa expansão da cidade de Dourados. Um exemplo dessa pressão é a proposta de troca de área realizada a uma comunidade Kaiowá

¹³ Dados da Funasa de 2008 e do Censo Demográfico de 2010 estimavam 11.880 pessoas. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.cam-pograndenews.com.br/cidades/interior/camara-aprova-ampliacao-em-quase-150-do-perimetro-urbano-de-dourados>> Acesso em: 15 de maio 2016.

¹⁵ Disponível em: <<https://www.douradosnews.com.br/dourados/ishy-questiona-nova-ampliacao-do-perimetro-urbano-de-dourados/769512/>> Acesso em: 25 de mar. de 2016.

¹⁶ Disponível em: <<https://www.progresso.com.br/noticias/com-loteamentos-regiao-oeste-se-torna-referencia-na-expansao-imobiliaria/158231/1>> Acesso em: 03 de fev. de 2020.

¹⁷ Disponível em: <www.douradosnews.com.br/dourados/prefeitura-ja-aprovou-13-loteamentos-neste-ano/919670/> Acesso em: 03 de fev. de 2020.

¹⁸ Disponível em: <<https://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/especial-setor-imobiliario-vive-melhor-momento>> Acesso em: 03 de fev. de 2020.

¹⁹ Utilizo a expressão retomada e áreas de retomadas num sentido mais amplo e utilizo o termo *tekoha* para designar as áreas em que realizei pesquisa, como preferem os meus interlocutores.

e Guarani, que a 40 anos ocupa e reivindica seu território tradicional. Essa história foi me contada pela própria liderança do *tekoha*¹⁹, a mesma que me fazia enxergar como os contornos da cidade vinham se aproximando e os cercando. Em muitas dos nossos encontros ele enfatizava sobre a existência de um loteamento urbano que incidiria sobre o território reivindicado.

Como parte das habilidades e das estratégias de resistência promovida pela liderança, como para garantir a permanência no *tekoha*, ele realizou diferentes visitas ao Ministério Público Federal de Dourados (MPF) denunciando a intenção dos proprietários de lotearem uma área sobre parte do seu território e cujo processo de identificação teve início a mais de dez anos. Como efeito dessas idas aos MPF, o analista pericial em antropologia do órgão realizou visitas a comunidade e produziu um relatório confirmando a existência de um projeto de loteamento na região. Em 26 de junho de 2012, o Procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida remeteu o OFÍCIO N° 899/2012/MADA/PRM-DRS/MS/MPF ao Prefeito de Dourados pedindo informações sobre o loteamento que se sobreporia a referida área. Em 26 de setembro de 2012, o mesmo Procurador expediu a Recomendação MPF/DRS/MS/MADA n° 25/2012, endereçada ao Prefeito e ao Secretário Municipal de Planejamento pedindo a paralisação do loteamento alegando que a área está em processo de estudo.

Contudo, a recomendação não foi seguida a contento e os lotes foram sendo vendidos. No ano de 2015 houve uma nova intervenção do MPF para paralisar o avanço do loteamento João Carneiro Alves, enquanto não fossem finalizados os estudos de identificação na região²⁰. O MPF só conseguiu impedir esses empreendimentos, temporariamente, porque esse *tekoha* passou por estudos antropológicos realizados pelo Grupo de Trabalho (GT) designado pela FUNAI. Os laudos estão em processo de análise na FUNAI em Brasília.

Esse *tekoha* está localizado na porção sul do município de Dourados. Nos últimos cinco anos, nessa região foram

²⁰ Em 03 de outubro de 2014 o site do MPF publicou uma notícia a esse respeito: “MPF alerta para loteamento incidente sobre área indígena de Dourados”. Consultar: <http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2014/10/mpf-alerta-para-loteamento-incidente-sobre-area-indigena-de-dourados>.

implementados, na sua maioria, loteamentos sociais voltados para a população de baixa e média renda. O avanço urbano, o assédio da especulação imobiliária e os descumprimentos das recomendações emitidas pelo MPF vem impactando acerca de 30 famílias dessa comunidade. Foi nesse cenário que se desenhou a proposta de troca de área.

A TROCAÇÃO

Em junho de 2016, durante uma das minhas visitas de campo, me foi relatado pelos moradores do *tekoha*, que uma antropóloga, ao serviço da Incorporadora Colombo²¹, fizera uma reunião propondo à liderança que eles deixassem o local que ocupam há mais de 40 anos. Em troca eles receberiam uma nova área, de 42 hectares no município vizinho de Douradina/MS, e, caso a comunidade aceitasse o acordo, além da terra, eles teriam casas, escolas, poço artesiano, entre outras promessas. A liderança chamou esse acordo de *a trocação*.

²¹ A Incorporadora Colombo é uma das titulares da terra onde se localiza a área indígena *retomada*, é ela que, em 2012, começou o loteamento na região com a venda de lotes.

No início de 2017, após o MPF ter sido notificado pelo advogado da Incorporadora Colombo sobre o suposto aceite da proposta que removeria a comunidade para outra área – podendo dessa forma dar prosseguimento ao loteamento – o Procurador da República Marco Antônio de Almeida solicita a elaboração de um laudo pericial para averiguar a suposta anuência da comunidade do *tekoha* ao acordo. O Laudo Técnico nº 6/2017, realizado por Marcos Homero Ferreira Lima, analista pericial em Antropologia, aponta para várias falhas no processo de consulta à comunidade, entre elas o não seguimento dos pressupostos para que essa seja prévia, livre e informada, conforme prevê a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). No Laudo Técnico o analista pericial arguiu:

O argumento defendido, desde o início, é o de que o que foi apresentado pela pesquisadora contratada pela “Altomare

e Gonçalves” não foi uma “Consulta” nos moldes da **Convenção 169/1989 da OIT**, mas, tão-somente, um “projeto” que, sem muita fundamentação, na melhor das hipóteses, poderia ser visto como de “etnodesenvolvimento” (2017, p. 61).

Essa proposta de troca da área vem na direção de liberar as terras ao empreendimento imobiliário. Esse caso é um exemplo concreto dos conflitos vivenciados por essa comunidade em relação ao avanço imobiliário e seus efeitos na vida das pessoas. Nesse sentido, o crescimento urbano na região de Dourados se torna uma questão a ser levada em consideração para pensar as disputas pela propriedade da terra, e, eu também diria, pelos seus sentidos.

Os dados e as reflexões apresentadas acima permitem contextualizar as afirmações dos meus interlocutores: “*a vila tá vindo, chegando a cada ano*”. No passado o processo de criação das reservas no MS levou em consideração interesses econômicos e os Guarani e Kaiowá se viram *confinados* (BRAND, 1997) nessas áreas. Na atualidade, além do agronegócio, os indígenas se defrontam com o crescimento das cidades e da especulação imobiliária. Estamos diante de disputas por lógicas espaciais, por lugares de vida, e eu ainda acrescentaria por recursos e poder, como pode ser vislumbrado na proposta do setor imobiliário de deslocar uma comunidade para uma outra localidade.

Porém, sem negar como essas relações de forças são desiguais, as populações indígenas não são apenas sujeitos passivos dessas políticas. Enquanto o Estado e setores do agronegócio e do setor imobiliário impõem fronteiras, estas são atravessadas (HANNERZ, 1996) pelos Kaiowá e Guarani através do movimento de retomada dos seus territórios tradicionais e pelas estratégias que garantem a permanência nos *tekoha*. Assim, as áreas de retomadas ou *tekoha* podem ser pensados como uma fronteira indígena que passa a limitar o limite (NODARI, 2014) das fazendas e da cidade.

Alexandre Nodari em seu artigo “Limitar o limite: modos de subsistência” (2014), traz o conceito de limite para discutir o consumo no capitalismo e a catástrofe ambiental e propõe:

lidar com os limites de outro modo; fazer deles uma inclinação – subvertê-los, vertê-los para baixo, in-tendê-los, tendê-los para dentro: incorporar e transformá-los em um modo intenso de vida, descobrindo toda a riqueza do baixo; fazer uma experiência do limite de máxima intensidade: uma experiência-limite do limite (2014, p. 17).

Inspirada nessa proposta de Nodari (2014), acrescento que os Guarani e Kaiowá vêm constantemente limitando o limite das reservas e das cidades ao retomarem suas terras tradicionais, ao resistirem a um acordo de troca de área e ao *andar como marimbondo*²². Se, por um lado, a reserva, o agronegócio, o setor imobiliário e a cidade são pensadas como fronteiras rígidas, por outro, os Guarani e Kaiowá estão constantemente incorporando e transformando esses espaços através da sua presença nas cidades, através das retomadas de seus territórios tradicionais e através da sua mobilidade.

Em relação a fronteira é importante se atentar as suas variações semânticas. Tanto as definições dos dicionários, como de alguns autores, a fronteira é lida como aquilo que separa, divide ou limita, inclusive essas são palavras fornecidas como sinônimo para fronteira. Mas a fronteira também pode ser aquilo que coloca em contato e em movimento. Essa segunda definição orientará a discussão de fronteira desse trabalho, e isso não se deve a uma escolha arbitrária, mas, como estou tentando demonstrar, porque é a perspectiva que faz sentido para os Guarani e Kaiowá.

ANDAR COMO MARIMBONDO

Ao discutir o lugar da globalização na antropologia Ulf Hannerz (1996) aposta na ideia de fluxos e híbridos para pensar fronteira. Para o autor, o limite se opõe ao fluxo: o primeiro

²² “Andar como marimbondo” foi uma frase dita por um dos meus interlocutores para descrever sua mobilidade. Acredito que “andar como marimbondo” pode ser uma boa expressão para traduzir como os Guarani e Kaiowá desafiam as fronteiras impostas pelo Estado, pelo agronegócio e pela cidade. É uma boa expressão também para pensar sobre a diferença e como ela é acionada por esses povos.

opera por descontinuidades e obstáculos, enquanto o segundo opera pela continuidade e passagem suscitando desdobramentos (p. 15). Nesse sentido, as regiões de fronteiras são lugares do movimento, do fluxo e do híbrido.

Ao fazer uma discussão sobre o local da cultura, não a partir das realidades empíricas, e sim de uma “realidade emergente”, Bhabha (1998) não abandona o conceito de fronteira, ao contrário, ele fala da “vida na fronteira” (p. 19). A realidade vivida pelos Guarani e Kaiowá pode ser pensada como de uma “vida na fronteira”. O Kaiowá Eliel Benites na introdução da sua dissertação de mestrado, ao descrever sua trajetória como acadêmico indígena, menciona como sua identidade foi “cotidianamente vivida na fronteira” (2014, p. 16). Ao se contrapor as ideias de pluralidade e diversidade cultural, Bhabha (1988) também defende que é a diferença que importa, porque ela cria um sentido no encontro com a fronteira. Benites descreve esse encontro com as fronteiras ao escrever: “Hoje, já ancorado nos conhecimentos tradicionais e nos estudos acadêmicos, sou um novo sujeito, sou um Kaiowá mergulhado na minha subjetividade tradicional, mas que sabe conviver na fronteira intercultural” (*idem*).

Ora, se a reserva foi uma tentativa do Estado de limitar os processos de mobilidade espacial, ela acabou por possibilitar novas lógicas de circulação, bem como a emergência de novas formas de vida, seja ela nos centros urbanos, nas áreas de retomada ou mesmo nas próprias reservas, criando uma rede de fluxos por onde as pessoas circulam e se conectam. Ao olhar para a reserva como uma fronteira fluída, e não a partir da ideia de limite, podemos olhar “além”, olhar os “interstícios”, o “entre lugar” como sugere Bhabha (1998). Como descreveu Aline Crespe (2015), é muitas vezes nas reservas que as parentelas são reconstituídas e reelaboradas, após terem passado pelo *sarambi*. Com a formação de um novo grupo, o seu articulador, na falta de espaço na reserva, pode reivindicar um lugar para viver, esse lugar é o território tradicional do grupo familiar do articulador (CRESPE, 2015).

A respeito das reservas em sua tese sobre território e redes sociais entre os Guarani no Mato Grosso Sul, Barbosa da Silva (2007) questiona o conceito utilizado por Brand (1993, 1997) de *confinamento*, pois segundo a autora essa noção deixa de considerar a dinâmica de circulação dos indígenas, como se o processo de territorialização fosse feito apenas pela ação do Estado: “Em se falando de processos de territorialização por parte do Estado, há também que considerar as ações de parte dos próprios indígenas e assim sendo, vemos que há em curso um outro processo” (2007. p. 66).

A proposta da autora é focar nas redes de relações, através da trajetória de famílias extensas e não no local que os índios estão, como se fossem uma fronteira fixa e rígida. Para Barbosa da Silva cada local de circulação e assentamento das famílias Guarani – como as fazendas, as reservas, os acampamentos de beira de estrada e as áreas de retomadas – são pensados como um “ambiente específico”, e o conjunto desses distintos ambientes compõe o território (2007, p. 92). Por meio da leitura da tese de Barbosa da Silva, Eduardo Nunes (2010) destaca a noção de *ambiente* como potente para pensar a cidade a partir de um ponto de vista indígena.

Refletindo sobre a mobilidade Guarani e Kaiowá que vai além da fronteira trago a fala de um indígena, uma reconhecida liderança de um *tekoha* localizado entre a Reserva indígena e a cidade de Dourados. Numa conversa ele, ao me contar suas passagens pelas reservas, por outros *tekoha* e pelas cidades da região disse que “*ficava igual marimbondo*”, até conseguir se fixar no local atual. Pensando tanto na sua história, como a de tantos outros Kaiowá e Guarani, percebi que dizer que andava “*igual marimbondo*”, se referia menos as dificuldades de permanência pelos locais que passou, e mais, a um modo específico de se movimentar, intrínseco a um modo de adquirir conhecimento e capital político. Esse *andar como marimbondo* soma-se a busca por um lugar, de preferência o retorno ao *tekoha*.

O marimbondo é a única espécie de vespa, das mais de 30.000 conhecidas, que constrói casa, as outras espécies são chamadas de espécies solitárias. Essa especificidade faz com que esses insetos gastem parte de sua vida procurando um lugar adequado para construir o vespeiro. Coincidência ou não, a liderança não me falou que andava como uma vespa, ou como uma abelha, ele falou que *andava como marimbondo*.

Domesmo modo, a relação dos Kaiowá e Guarani com a cidade de Dourados ilustra como a realidade social é completamente móvel e relacional. Conforme meus interlocutores, a chegada da cidade nas áreas indígenas é uma preocupação para eles, mas também é sociologicamente relevante pensar como os indígenas também estão “cercando” a cidade em suas mobilizações para ampliar seus territórios (CRESPE, 2015). Como destaca Amanda Horta em sua análise sobre os indígenas que se *demoram* na cidade de Canarana (MT):

Se a cidade hoje é, muitas vezes, uma realidade indígena, esta realidade se coloca de múltiplas maneiras, sempre marcadas pelo encontro entre uma lógica de Estado, administrativa e burocrática, e uma gente indígena que subverte, sem pudor, essa lógica, para desespero daqueles que a tem como força maior (2017, p. 217).

A cidade de Dourados para os Kaiowá e Guarani, por exemplo, adquire diversos sentidos, bem como se torna um lugar de disputa. As fronteiras das cidades são assim, atravessadas por outras lógicas de existir e de resistir, como são os exemplos das retomadas. A cidade para os Guarani e Kaiowá é também um ponto importante para acessar recursos e conseguir *ajuda*. É na cidade que muitos indígenas fazem as suas compras, pedem *ajudas* (categoria comumente usada pelas lideranças) para os comerciantes conhecidos para doarem lenha, materiais que servem nas construções dos barracos e às vezes roupas e alimentos. Além disso, a proximidade com a cidade é importante,

pois representa a oportunidade de arrumar um emprego e dos jovens continuarem seus estudos nas escolas e faculdades.

Porém, a proximidade com os centros urbanos pode trazer problemas, por isso a relação com a cidade nunca deixa de ser uma relação tensa e controlada, pois é o lugar do branco²³. Além disso, a cidade está associada ao acesso fácil a bebida alcoólica e as drogas. Uma forma de evitar esse tipo de interação com a cidade é a proibição da entrada de não indígenas nos *tekoha*. Controlar o que é de fora é importante para manter a estabilidade do grupo e evitar conflitos. Enquanto, estar entre parentes é “*mais fácil para aconselhar e corrigir*”, como sempre me lembrava a liderança. Essas são algumas das especificidades Kaiowá e Guarani que “implicam modos (e intensidades) de relação específicos com a cidade” (NUNES, 2010, p. 19).

²³ Branco é uma das categorias utilizadas pelos Guarani e Kaiowá (como por outros povos indígenas) para se referir aos não indígenas.

Em *Cidade do Índio* (2006), Andreello se pergunta em que medida as etnografias clássicas o ajudam a entender Iauaretê e quais são os novos processos que estão lá ocorrendo. Nas palavras do próprio antropólogo: “no rio Negro a pergunta que eu não podia deixar de fazer dizia respeito às novas dinâmicas de urbanização e ao grande interesse demonstrado pelos índios, em participar dos debates e dos encaminhamentos relativos ao desenvolvimento da região” (2006, p. 33). Andreello incorpora as reivindicações indígenas à análise e se preocupa em como se expressa a consciência multiétnica em Iauaretê, bem como mostra como os povos indígenas estão entendendo e procedendo com as transformações causadas pelo contato. Essa visão permitiu que Andreello pensasse as populações indígenas como também englobando a sociedade nacional, ou seja, como um movimento de mão dupla e não unidirecional.

Andreello, contudo, não nega a voracidade do capitalismo entre a população indígena. No entanto, aponta que, apesar de os indígenas do Rio Negro estarem conscientes de que se transformaram, acreditam que se transformaram de uma maneira própria; ora, está mostrando que os “rionegrinos” são sujeitos do contato, bem como são transformados por ele, porém através

das suas perspectivas, pois a cosmologia do Rio Negro está em constante desenvolvimento e transformação. Isso se torna claro quando os indígenas dizem que são civilizados e que se fazem brancos, o que não significa dizer o mesmo que se virou ou que se é branco.

Em conversa com a mesma liderança que me alertava sobre o avanço dos bairros urbanos sobre o seu *tekoha*, ele me contou que gostava de morar ali justamente porque estava perto da cidade. Estar próximo da cidade facilitava o seu acesso à Funai e ao MPF, instituições frequentemente visitadas em caso de denúncias, em busca de resoluções de problemas para comunidade e para fazer reivindicações. Outro ponto positivo apontado pela liderança, era a proximidade do seu *tekoha* com uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). A relação com a cidade se dá também nas idas ao mercado e com vendedores que comercializam carne, sorvete e outras mercadorias no *tekoha*²⁴.

²⁴ Esses vendedores são conhecidos como *mascateiros* pelos indígenas.

Através das narrativas dessa liderança, percebia sua relação com as pessoas da cidade, conseguindo inclusive articular “benfeitorias” para sua comunidade. Nesse sentido, duas histórias são relevantes. Uma delas é quando a liderança conseguiu 30 cadeiras e mesas para a escola que funciona no *tekoha*. As carteiras escolares foram conseguidas através do contato com um *freteiro*, que costuma levar algumas mercadorias ao *tekoha*. Ao avisar que havia mesas sendo doadas numa escola próxima ao estádio Douradão a liderança, juntamente com o seu irmão se mobilizaram e com a ajuda do *freteiro* conseguiram trazer as carteiras. A outra história, se refere às caixas de madeira que ficavam espalhadas na área e que me chamavam atenção desde a minha primeira visita. A liderança havia conseguido essas caixas de uma fábrica que as descartara como resíduo de sua produção e os moradores as utilizavam como lenha.

Ao circular pela cidade os indígenas vão adquirindo conhecimento, mantém contato com pessoas e instituições, articulam uma rede de *ajuda* e informações que somada a outras habilidades, como saber ler e escrever fazem parte das estratégias

para garantir seus direitos e seus benefícios. Nesse sentido, a proximidade e o contato com a cidade não são um problema, pelo contrário, dizem sobre a capacidade de dialogar e de lidar com exterior, capacidades essas ainda mais apreciadas no contexto de reivindicações pelas demarcações dos territórios tradicionais.

Para Horta (2017), em sua pesquisa com os indígenas que vivem em Canarana (MT), foi fundamental refletir sobre as diferentes imagens da cidade, expressa pela figura do ‘peão’ e do ‘chefe’ para os indígenas do Parque do Xingu. No caso dos Kaiowá e Guarani, mais do que “tipos de brancos”, acredito ser relevante pensar nos tipos de relações e interações tecidas nas cidades. Nesse sentido, a cidade figura como mais um espaço com os quais os indígenas se relacionam e as distintas formas de se relacionar com o “ambiente urbano” leva em conta o regime de subjetivação e o modelo de socialidade (NUNES, 2010) dos Kaiowá e Guarani.

Fredrik Barth (2000) ao se dedicar ao estudo empírico do que chamou de fronteiras étnicas, lembra que “[...] a fronteira étnica canaliza a vida social” (2000, p. 34) e ela é conservada, apesar do fluxo de pessoas. Em sua teoria sobre etnicidade Barth aponta para a necessidade de olhar para “a natureza das fronteiras” (2000, p. 26). Na leitura do autor, são as fronteiras que definem os grupos étnicos e não o conteúdo cultural, razão pela qual os grupos étnicos dependem de uma fronteira. Essa perspectiva poderia ser potente para pensar a relação dos Guarani e Kaiowá com a cidade e as formas de controle do meio urbano. No entanto, longe de desconsiderar as contribuições analíticas e teóricas de Barth, e, embora o autor também destaque que as fronteiras descritas por ele possibilitam os fluxos e não imobilizam, há um incômodo nesta teoria da fronteira que reside na leitura dela mais como aquilo que limita e separa do que como potente para aproximar e colocar em contato percepções distintas de mundo. De certa forma, a análise esbarra na própria fronteira.

Os Guarani e Kaiowá, embora “vivam nas fronteiras” (BHABHA, 1998; BENITES, 2014) do agronegócio, das reservas e

²⁵ Há um longo histórico de violências e ataques enfrentados pela população Guarani e Kaiowá no MS, principalmente aquelas que vivem em áreas de retomadas. Exemplos disso são os ataques que ocorreram nos meses de junho e julho de 2016 no *Tekoha Guapoy*, no município de Caarapó. Pistoleiros com tratores e caminhonetes atacaram os moradores. No primeiro ataque, no mês de junho, o agente de saúde Clodioli Souza foi assassinado e mais seis indígenas foram hospitalizados. Um mês depois, na mesma área, outro ataque a população e mais três indígenas foram baleadas. A violência desses ataques, foi tamanha, que algumas pessoas passaram a denominá-lo de “massacre de Caarapó” (<http://cimi.org.br/massacredecaarapo/cronologia/>). Em Dourados, em março de 2016, após retomadas que aconteceram nas proximidades da Reserva, o indígena Israel Reginaldo foi baleado durante um ataque de fazendeiros contra o *tekoha Ita Poty*, na divisa dos municípios de Dourados e Itaporã (MS). Infelizmente, esses são só dois exemplos da violência cotidiana enfrentada pela população Guarani e Kaiowá.

das cidades – o que inclusive impõem diversas formas de violência a essa população – resistem nos “interstícios. Ao descrever os processos do *Tekoha Ñerou’ã*, a aldeia que se levanta, Benites (2020) fala que o ser guarani kaiowá atual “é resultado de múltiplos encontros de trajetórias, devido ao condicionamento de uma realidade de ‘fronteira’. A construção de uma nova caminhada nas retomadas territoriais é a reprodução dessas experiências, mas orientada, ao mesmo tempo, por seus saberes tradicionais” (2020, p. 21). Os Guarani e Kaiowá também demonstram, através das *retomadas* e mesmo nas suas ações mais cotidianas, como ir à cidade, como estão limitando os limites impostos a eles, apesar das adversidades enfrentadas²⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação vivenciada pelos Guarani e Kaiowá no MS ilustra como os processos históricos e a criação das reservas indígenas interferiram na vida e na organização social dessas populações, ou seja, fazem parte de um processo mais amplo que, em certa medida, atingiu a maioria da população indígena brasileira. A situação de contato e o interesse pela “terra produtiva” atingiu esse povo promovendo alterações nas suas formas de vida e consequentemente na sua territorialidade, pois as políticas de reserva impuseram um padrão de territorialidade antes não vivenciada por essas populações. Observa-se um padrão de transformação gerado pelo contato colonial e pela criação da reserva indígena.

No entanto, como foi demonstrado, apesar da reserva os Guarani e Kaiowá não se limitaram aos limites dela e mantiveram sua mobilidade circulando por seus antigos territórios e pelas cidades. Através das *retomadas* das suas terras tradicionais, do *andar como marimbondo*, os Guarani e Kaiowá não apenas foram além das fronteiras como as reconfiguraram. Quando um loteamento sobreposto a uma área indígena *retomada* é

paralisado, quando uma proposta de troca da área, para dar continuidade ao empreendimento imobiliário, não é aceita, observa-se que mais que resistir, os Guarani e Kaiowá passam a limitar o limite do agronegócio, do setor imobiliário e da cidade.

A intenção então não é negar as fronteiras, mas tentar refletir sobre o que emerge quando elas são postas em contatos, quando elas são atravessadas e reconfiguradas. Destacam-se os “múltiplos encontros”, os movimentos e os diferentes espaços que se relacionam. Olhar as discussões sobre fronteira a luz de algumas situações vivenciadas pelos Guarani e Kaiowá no MS acabou por mostrar como esses povos vem há muito tempo fazendo o que alguns dos autores citados nesse trabalho propuseram, ver e ir além das fronteiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRELLO, Geraldo. *Cidade do Índio: transformações e cotidiano em Iauaretê*. São Paulo: Editora Unesp: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.

BARBOSA DA SILVA, Alexandra. *Mais além da “aldeia”: território e redes sociais entre os Guarani de Mato Grosso do Sul*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro - Museu Nacional - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2007.

BENITES, Eliel. Tekoha Ñeropu’ã: aldeia que se levanta. *Revista NERA*, v. 23, n. 52, p. 19-30, 2020.

BENITES, Eliel. *Oguata Pyahu (uma nova caminhada) no processo de desconstrução e construção da educação escolar indígena da aldeia Te’yikue*, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

BENITES, E.; RAMOS, A. D. O caminho Guarani e Kaiowá na busca do jeito sagrado de ser – Oguata Teko Araguayje Rehehápe.

Revista Euroamericana de Antropología, Salamanca, p. 30-35, jul. 2017.

BHABHA, Homi. “*O local da Cultura*”. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BRAND, Antônio. O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá, 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BRAND, Antônio. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowa/Guarani: os difíceis caminhos da palavra*, 1997. Tese (Doutorado em História) Pontífice Universidade Católica de Porto Alegre.

CALIXTO, Maria José Martinelli da Silva. O processo de consolidação da centralidade de Dourados-MS na rede urbana: uma contribuição para a análise de uma cidade média. In: XI WORKSHOP DA REDE DE PESQUISADORES SOBRE CIDADES MÉDIAS – ReCiMe, *Anais*, Dourados-MS, 2013.

CALIXTO, Maria José Martinelli da Silva. Os papéis regionais de Dourados – MS – Brasil e a dinâmica socioespacial urbana. *Revista Geográfica de América Central*, v 02, p. 1-13, 2011.

CHAMORRO, Graciela. *História Kaiowa. Das origens aos desafios contemporâneos*. São Bernardo do campo: Nhanduti Editora, 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas*. Cosac & Naif, São Paulo, 2009.

CORRADO, Elis. F. “*O Tekoha como uma criança pequena*”: *uma etnografia de acampamentos Kaiowá em Dourados (MS)*, 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - PPGAS, UNICAMP, Campinas, SP.

CORRADO, Elis. F. A espiral das retomadas indígenas no sul do Mato Grosso do Sul. *ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, v. 5, n. 10, p. 189-206, 2018.

CORRADO, Elis. F. *Acampamentos Guarani e Kaiowá: outras/novas formas de mobilidade*. Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos – Lasa, Nova York, 2016.

CORRADO, Elis. F. Acampamentos Kaiowá: variações da “forma acampamento”. *Ruris. Revista do Centro de Estudos Rurais*, v.7 n. 1, p. 127-151, 2013.

CRESPE, Aline Castilho. *Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do tekoha à reserva. Do tekoharã ao tekoha*, 2015. Tese de doutorado. Pós-Graduação em História, UFGD, Dourados, MS.

CRESPE, Aline Castilho. *Acampamentos indígenas e ocupações: novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowá no município de Dourados - MS: 1990-2009*, 2009. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em História, UFGD, Dourados.

CRESPE, Aline C. L e CORRADO, Elis F. 2012. *Acampamentos e ocupações Guarani e Kaiowá: reflexões sobre uso do espaço e sociabilidade*. 28 RBA, São Paulo.

GILROY, Paul. *Entre Campos: Nações, Culturas e Fascínio da Raça*. São Paulo: Annablume, 2007.

GOMES, Igor; CALIXTO, Maria José Martinelli da Silva. Notas sobre o quadro urbano do Estado de Mato Grosso do Sul. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas* – MS, n. 22, a.12, p. 156-177, 2015.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, v. 3, n. 1, p. 7-39, 1997.

HORTA, Amanda. Indígenas em Canarana: notas cidadinas sobre a criatividade parque-xinguana. *Revista de Antropologia*, v. 60, n. 1, p. 216-241, 2017.

MPF. Inquérito Civil Público Nº 1.21.001.000061/2011-42, Procuradoria da República no Município de Dourados, (Arquivo da Procuradoria da República no Município de Dourados-MS).

MURA, Fabio. À procura do “bom viver”: territórios, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowá. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2006.

NODARI, A. “Limitar o limite: modos de subsistência”. Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra. Rio de Janeiro, p. 1-17, 2014.

NUNES, Eduardo Soares. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. *Espaço Ameríndio*, v. 4, n. 1, p. 9-30, 2010.

PÁLSSON, Gísli. “Introduction: beyond boundaries”. In:_____. *Beyond Boundaries: understanding, Translation and Anthropological Discourse*. Oxford: Berg Publishers Limited, p. 1-40, 1993.

PEREIRA, Levi Marques. Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno. São Paulo: USP, 2004.

REFERÊNCIAS DOS SITES CONSULTADOS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades: Dourados – MS, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/panorama>. Acesso em: 19 fev. 2020.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010: Indígenas. In: IBGE. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 mai. 2018.

CONCEIÇÃO, Edmir. Câmara aprova ampliação em quase 150% do perímetro urbano de Dourados. **Campo Grande News**. Campo Grande, 14 set de 2011. Interior. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/camara-aprova-ampliao-em-quase-150-do-perimetro-urbano-de-dourados>> Acesso em: 25 mar. 2016.

Ishy questiona nova ampliação do perímetro urbano de Dourados. **Dourados News**. Dourados, 23 set 2015. Política. Disponível em:

<https://www.douradosnews.com.br/dourados/ishy-questiona-nova-ampliacao-do-perimetro-urbano-de-dourados/769512/>. Acesso em: 25 mar. 2016.

Com loteamentos, região oeste se torna referência na expansão imobiliária. **O Progresso**. Dourados, 24 jun. 2015. Dia-a-Dia. Disponível em: <https://www.progresso.com.br/noticias/com-loteamentos-regiao-oeste-se-tornareferencia-na-expansao-imobiliaria/158231/>. Acesso em: 03 fev. 2020.

Dourados tem “boom” imobiliário e investimentos não param. **Dourados News**. Dourados, 19 out. 2016. Mercado Imobiliário. Disponível em: www.douradosnews.com.br/dourados/prefeitura-ja-aprovou-13-loteamentos-neste-ano/919670/. Acesso em: 03 fev. 2020.

VERÃO, Flávio. Setor imobiliário vive melhor momento. **Dourados Agora**. Dourados, s/d. Disponível em: <https://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/especial-setor-imobiliario-vive-melhor-momento>. Acesso em: 03 fev. 2020.

MPF alerta para loteamento incidente sobre área indígena de Dourados. **Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul**. 03 out. 2014. Notícias. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/mpf-alerta-para-loteamento-incidente-sobre-area-indigena-de-dourados>. Acesso em: 25 mar. 2016.

ELIS FERNANDA CORRADO – Mestra em Antropologia Social (UNICAMP), pesquisadora associada do Centro de Estudos Rurais (CERES) estabelecido no IFCH/UNICAMP. Atualmente é doutoranda em Antropologia Social (UNICAMP). E-mail: ageelis@yahoo.com.br

